

ENTRE KANT E HANNAH ARENDT: AS VICISSITUDES DA CONDIÇÃO HUMANA POSTA A CRÍTICA

Tadeu Lucas de Lavor Filho

Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará
Centro Universitário Vale do Salgado/Universidade Estadual do Ceará
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7558385171856580>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2687-1894>
E-mail: tadeulucaslf@gmail.com

Carlos André Silva do Vale

Especialista em Saúde Mental pela Universidade Regional do Cariri
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5909436722785777>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4145-188X>
E-mail: carlosdovale7@gmail.com

Rochelly Rodrigues Holanda

Mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará
Faculdade UNINTA - Itapipoca-CE
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4600478051502750>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9901-9451>
E-mail: rchlholanda@gmail.com

Antoniél dos Santos Gomes Filho

Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará
Universidade Regional do Cariri e Centro Universitário Vale do Salgado
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9563145614494252>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2230-4315>
E-mail: antonielsantos@univs.edu.br

Artigo de Revisão

Recebido em: 25 de Dezembro de 2022

Aceito em: 20 de Fevereiro de 2023

RESUMO

Trata-se da discussão proposta por Hannah Arendt em *A condição humana*, da qual tecemos a partir de fundamentos kantianos sobre a *crítica*, um diagnóstico sobre uma ontologia social do *modus operandi* da condição humana. Apresentam-se proposições de Kant acerca da *crítica* e seu entrelaçamento nas reflexões diagnósticas sobre o totalitarismo discutido por Arendt sobre a modernidade, cuja reflexão é desdobrada no conceito de Mal Radical para atribuir o potencial de extermínio da humanidade historicizado em acontecimentos genocidas. Considera-se que a sociedade

contemporânea tende resgatar a ideia de ação política e, superar a permissividade dos artifícios totalitários engendrados na cultura globalizada.

Palavras-chave: Hannah Arendt; Condição Humana; Totalitarismo; Kant; Crítica.

***BETWEEN KANT AND HANNAH ARENDT: THE VICISSITUDES OF THE
HUMAN CONDITION PUT CRITICISM***

ABSTRACT

This is the discussion proposed by Hannah Arendt in *The Human Condition*, from which we weave, based on Kantian foundations about criticism, a diagnosis about a social ontology of the *modus operandi* of the human condition. We present Kant's propositions about criticism and its intertwining in the diagnostic reflections about totalitarianism discussed by Arendt about modernity, whose reflection is unfolded in the concept of Radical Evil to attribute the potential of extermination of humanity historicized in genocidal events. It is considered that contemporary society tends to rescue the idea of political action and overcome the permissiveness of totalitarian artifices engendered in the globalized culture.

Keywords: Hannah Arendt; Human Condition; Totalitarianism; Kant; Criticism.

INTRODUÇÃO

*Argumente sobre tudo que quiserem e sobre tudo o que
desejarem, mas obedecem!*
Immanuel Kant ([1781] / 2017)

A obra intitulada *A condição humana* escrita em ([1958] 2007) pela Hannah Arendt marca uma potente produção literária do pensamento ocidental sobre os plurais modos de vida frente aos processos históricos que apontaram para novos rumos da civilização. Certamente, a autora, que ficou reconhecida pela sua forte influência no campo da filosofia política, discute e introduz densas reflexões acerca dos retrocessos então vividos pela humanidade em detrimento do desenvolvimento social e econômico em curso.

A fratura que a pensadora política causa na modernidade aparece diante do mundo Pós-Segunda Guerra Mundial. Esse crime contra a humanidade implicou na reorganização dos modelos sociais e políticos públicos/privados no que cerne o potencial de aniquilamento humano, que com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 buscaram-se estratégias de pacificação e humanização do homem. Por isso, a

máxima de Hannah sobre essa temática caminha na ideia de que os direitos humanos não são um dado, mas efetivados na construção histórica com base no pluralismo coletivo (LAFER, 1997).

A obra *Condição Humana* cumpre o papel de resistir e provocar o leitor. Resiste no sentido de não ser tomada pelo esquecimento das barbaras cometidas nos regimes nazista e stalinista, que imperavam no mundo ocidental no século XX, onde o senso de coletividade foi diluído, em detrimento da centralidade autoritária e violenta das forças desses governos. E, provoca a pensar mediante a ação do o homem consigo e com sua sociabilidade, com um espírito de esperança em meio a tantas atrocidades demasiadamente humanas.

No prólogo de seu livro a filósofa Hannah Arendt suscita questões importantíssimas que problematizam o fio condutor de toda discussão na obra. Logo, questões como a modernidade, o trabalho, a vida em sociedade, o campo ideológico e político é debruçados em sua posição do pensamento filosófico, assim evitando dar respostas ou soluções, mas como a mesma afirma, “o que proponho nas páginas que se seguem é uma reconsideração da condição humana à luz de nossas mais novas experiências e nossos temores mais recentes” (ARENDR, 1958] 2007, p. 13).

Percebe-se durante a leitura dessa obra, como também outras produções da autora, que é vislumbrado as proposições kantianas em seus escritos com fortes influências, sobretudo na obra *Origens do Totalitarismo* publicado com a primeira edição em 1951, na qual sua produção técnica reflete o ápice dos genocídios agenciados sobre os regimes totalitários nazistas ([1951]). Tais proposições se desdobram a partir do pensamento de Kant sobre a crítica, principalmente na obra clássica *Crítica da Razão Pura* publicada em ([1781] 2017) (CORREIA, 2013).

Neste sentido, as discussões de Hannah Arendt inclinada por proposições kantianas¹, certamente, propiciou um movimento de reflexão sobre a condição humana instituída no surgimento da modernidade em paralelo com o grande avanço econômico, industrial, bélico e tecnológico. Assim, quão foi à influência de Kant para o seu pensamento? Ou, podemos pensar, a partir de quais lentes podemos entender a condição humana como uma leitura do homem por um viés político e crítico?

¹Segundo Perez (2010, p. 5) “Kant se apressa a distinguir o conhecimento fisiológico do conhecimento pragmático do ser humano. [...]. A distinção é clara, no primeiro caso seguimos causas naturais que impulsionam ou modificam um objeto, no segundo caso não”.

Destarte, o ano de 2018, que marca os 60 anos da primeira publicação da obra *A condição humana* (ARENDDT, [1958] 2007), pode nos dar fortes subsídios de problematizações sobre o pensamento arendtiano e suas leituras acerca da política e sociedade da década de 50 que se torna um diagnóstico ainda presente nas tessituras na atualidade. Então, recorreremos a tais questionamentos anteriores para nortear a discussão que se segue com uma literatura teórica e filosófica do fenômeno a priori do ser, a vida.

Portanto, o presente ensaio marca uma discussão teórica sobre a condição humana posta na obra Hannah Arendt, assim como suas proposições de leitura do homem e da sociedade que marcou veemente o século XX, e a partir de fundamentos kantianos propomos uma aproximação desse diagnóstico feito pela autora, apontando para uma ontologia social do *modus operandi* da condição humana refletida na contemporaneidade mesmo depois de 60 anos² após a publicação de sua obra. Após isso, tecemos as considerações finais produzindo uma crítica que se apresenta como semblante para pensar o desvelamento das discussões acerca da condição humana na contemporaneidade.

A CRÍTICA KANTIANA NO PENSAMENTO DE HANNAH ARENDT

Pretendemos nesta seção apresentar a discussão que relaciona intrinsecamente as proposições kantianas sobre uma antropologia pragmática que apresenta uma crítica ao conceito de homem conduzindo para sua relação com o mundo, e como esse caráter crítico se apresenta nas análises feitas pela Arendt sobre o totalitarismo para a posterior produzir tessituras sobre a condição humana agenciada com o declínio de extermínio da humanidade que direcionou os rumos para o desenvolvimento da vida e sociedade em curso na contemporaneidade.

Partimos então da crítica³ de Immanuel Kant postulada em sua trilogia de obras conhecidas nos manuscritos *Crítica da Razão Pura* ([1781] 2001), *Crítica da Razão Prática* ([1788] 2017) e *Crítica da Faculdade de Julgar* ([1790] 2017) foram leituras

²O ano de 2018 marca o aniversário de 60 anos da primeira edição/publicação da obra, que ocorreu em 1958 pela University of Chicago Press. No Brasil, a obra ganhou publicação pela Editora Forense Universitária em 2001.

³Segundo Perez (2010, p. 10) “Dito sem rodeios, a teoria do juízo de Kant é abordada de modo incompleto e equivocado se deixarmos de lado o elemento sensível (a sensificação) ou o sentimento que acompanha o julgamento em cada caso”. Nesse caso, a crítica proposta por Kant sintetiza seu apanhado teórico sobre o juízo se condensam em sua obra *Antropologia de um ponto de vista pragmático* (1798).

sobre o homem, especificamente na pergunta-problema instaurada pela antropologia pragmática, que foi *o que é o homem?* E desse modo, novos registros a partir de um rigor em torno da crítica puderam suscitar implicações nos problemas relacionados à metafísica (PEREZ, 2010).

Nesse ínterim, o Kant instaura uma forma de conduzir um problema metafísico na medida em que inscrevem no curso do pensamento filosófico novas formas de questionar e posicionar a antropologia a partir de um ponto de vista pragmática, isto é, pensar na antropologia não mais sob o domínio das ciências naturais e biológicas, mas a partir de uma reflexão crítica da razão (PEREZ, 2010).

Kant propõe discutir na sua trilogia como a razão produz juízos que operam distintamente do conhecimento fisiológico e do conhecimento pragmático. Assim, o ser humano se torna um a priori não somente um sujeito constitutivo somente na percepção da experiência, ao invés de olhar para o homem por uma lente que marca a antropologia pragmática quando o homem é visto em

Todos os progressos na civilização, pelos quais o homem se educa, têm como fim que os conhecimentos e habilidades adquiridos sirvam para o uso do mundo, mas no mundo o objeto mais importante ao qual o homem pode aplicá-los é o ser humano, por que ele é seu próprio fim último (KANT, 2006 *apud* PEREZ, 2010, p. 4).

A citação claramente nos conduz ao núcleo do pensamento e a crítica kantiana por excelência. Segundo Candioto (2006) podemos pensar o homem a partir de seu próprio estatuto produzido historicamente, mas que resulta na fragmentação de uma concepção de objeto que é rizoma para a própria definição de homem. Desse modo, “a questão antropológica é indissociável do uso que o homem faz do mundo” (CANDIOTTO, 2006, p. 191).

Nesse sentido, a proposição kantiana dá um pulo no pensamento ocidental do século XVIII, pois propõe uma forma a priori de compreensão do fenômeno empírico quando é colocada em xeque a razão, o que se sustenta na formulação da crítica. Para o filósofo, a razão humana se funda na linha tênue de um a priori reflexivo crítico que não está dado, isto é, inato, mas que possibilita empiricamente posicionar um juízo sobre o fenômeno (PEREZ, 2010).

A obra de Hannah Arendt intitulada *Origens do Totalitarismo (1951)* marcada por uma escrita repleta de conteúdos voltados para os ataques sofridos pela humanidade no

regime gerou um dos maiores genocídios da história do homem. Nesta obra, a filósofa discute a nomeação de *mal radical* para atribuir o potencial de extermínio da humanidade, mas que foram sujeitos demarcados pela diversidade social de judeus, mulheres, negros e homossexuais, onde tais grupos de sujeitos foram assassinados cruelmente nos campos de extermínio (CORREIA, 2013).

Na obra *O mito do nazista*, Lacoue e Nancy (2002) apresentam o fenômeno do nazismo como uma ideologia não somente totalitária, mas que através do holocausto e dos campos de concentração tornou-se um evento épico e marcante na história da civilização e da vida em sociedade. Assim, a todo o momento os autores questionam esse evento ideológico que marcou severamente a mortes de milhares de judeus, negros, pobres, mulheres e crianças e homossexuais, sobretudo, uma parcela da sociedade alemã negligenciada pelo imperativo de poder e ideário racista estabelecido pelos líderes nazistas. Tal fenômeno marca na história um desnivelamento da condição humana, mas que explica a barbárie em curso da história mundial.

Nesse ínterim, segundo Correia (2013) o mal radical⁴ é atribuída a realidade potencial de erradicação de alguns homens por outros homens, visto que para a Arendt esta seria uma questão do totalitarismo que se articula com a moralidade da própria relação do homem que possui a razão de julgar e que estabelece uma reflexão para consigo mesmo. Deste modo, a filósofa não pretende elucidar uma discussão sobre o que é ser mal e bom, pois isto, filósofos como Nietzsche e Schopenhauer mantiveram tais discussões, mas como a Arendt tem uma forte influência do Kant, tal problematização do mal radical se assegura na crítica de uma filosofia prática, assim concebendo uma aproximação entre mal e responsabilidade que mesmo destinado de um homem para outro, certamente é uma questão que volta e circunscreve para si mesmo.

Proposições estas implícitas à maneira de que Kant ([1781] 2001) articula a liberdade e a moralidade como campos indissociáveis de pensar a crítica no cerne da experiência humana, isto por que

⁴ Como aponta Kant (2012, p. 19) “um ser humano pode adiar sua própria iluminação e mesmo assim apenas por um curto período de tempo, com relação aquilo que é sua responsabilidade saber. Mas renunciá-la para sua própria pessoa e mais ainda para seus descendentes significa violar e pisotear os direitos sagrados da humanidade”. Este ponto Kant considera o “iluminismo” como a razão, ponto de reflexão pelo qual, o filósofo discute o juízo como condição não dada somente pelo empirismo, mas aplicado à crítica judicativa dos fenômenos.

Nada mais é preciso para a moral a não ser que a liberdade se não contradiga a si própria e pelo menos se deixe pensar sem que seja necessário examiná-la mais fundo e que, portanto, não ponha obstáculo algum ao mecanismo natural da própria ação (tomada em outra relação), a doutrina da moral mantém o seu lugar e o mesmo sucede à ciência da natureza, o que não se verificaria se a Crítica não nos tivesse previamente mostrado a nossa inevitável ignorância perante a coisa em si e não tivesse reduzido a simples fenômeno tudo o que podemos teoricamente conhecer (KANT, [1781] 2001, p. 54).

Para entendermos esse campo da moralidade em que o mal radical é atribuído aos descasos ocorridos a certa população estratificada da humanidade, temos que na medida, esclarecer o regime totalitário como uma prática de governo excludente e limitado. Nesse sentido, o totalitarismo é produtor e agenciador de uma ideologia capaz de articular um movimento político de organização da sociedade na qual um líder exerce poder totalitário, que utiliza de um discurso retórico e sedutor para manipular e administrar populações em massa (ARENDDT, [1951] 1998).

Arendt ([1951] 1998) posiciona o papel do líder nos regimes totalitários em um posto de soberania, pois certamente é um lugar de poder, controle e de direito sobre outras vidas. Para tanto, o líder precisa enaltecer um mundo fictício e torná-lo capturado pelos sujeitos, assim, transformando essa ficção social como realidade do cotidiano e nos modos de produção social. Assim, é preciso que o líder também garanta que as leis estabelecidas pelo próprio regime sejam preservadas e estabilizadas, pois, o líder como figura de regime ideológico e político personifica a garantia de que surjam novos modos de vida na sociedade totalitária.

Desse modo, é a partir da linha tênue entre totalitarismo, razão de julgar e crítica kantiana que Arendt se debruçou a problematizar o campo da moralidade como uma ação de legislação das atitudes, não interposta somente do homem para si mesmo, mas que de forma armada se propagou no nazismo, por exemplo, e fez tornar uma ideologia de segregação e extermínio na Alemanha manter uma série de incredulidade a humanidade, e ainda ter uma legião de seguidores, “[...] os movimentos totalitários têm sido chamados de ‘sociedades secretas montadas à luz do dia’”(ARENDDT, [1951] 1998, p. 425).

Por isso, Arendt retorna para o famoso imperativo categórico de Kant – “Aja de tal modo que a máxima de sua ação possa tornar-se uma lei universal” (ARENDDT, 1994 *apud* CORREIA, 2013) para aproximar a relação entre razão e vontade a fim de explicitar o quanto essas dimensões da condição de ser homem se entrelaçam em suas ações com o

mundo e com o outro. Claramente, é esse agir que provoca o direito de governar, de deter um poder, de estabelecer um regime e uma conduta de vida social, sobretudo de instaurar a persuasão aos homens, e por isso, a crítica é dada ao questionamento do que o homem faz dele para si e julga ainda que se mostre paradoxalmente, para o outro somente dois caminhos possíveis, uma vida coercitiva subordinada ao poder ou uma vida exterminada (CORREIA, 2013).

A CONDIÇÃO HUMANA E AS CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS DO HOMEM NO LIMIAR DA CONTEMPORANEIDADE

Pretendemos nesta seção discutir as proposições diagnósticas de Hannah Arendt sobre a modernidade, exclusivamente sobre o Estado e o homem, e como esse caráter crítico-reflexivo se estende nas análises produzidas na obra *A condição humana de 1958* (2007), consolidando um olhar não somente pessimista do campo político, mas entendendo como o desdobramento de uma engrenagem do totalitarismo sucumbiu e deu abertura para novos fenômenos do liberalismo na contemporaneidade.

A Hannah Arendt quando escreveu sua primeira obra a fim de entender o regime totalitário não se preocupou somente em ficar restrita nesse diagnóstico ou análise feita da sociedade alemã, sobretudo, seus escritos foram mais profundos quando deu visibilidade para a compreensão dos fenômenos revolucionários que estavam emergindo a partir da presente realidade política, sobretudo historicizados em acontecimentos que não só a história se encarregou de estudar, mas diversas outras áreas do conhecimento, uma vez que esses elementos permitem ser analisadores de uma temporalidade destrutiva da humanidade (Duarte, 2001).

Com afirma Duarte (2001) as motivações teóricas que desencadeou o produto literário da obra *A condição humana* ([1958] 2007) foi perpassada pelo olhar filosófico e político que a Arendt deu ênfase para o Estado de aniquilamento de vidas e da grande bipartição partidária direita e esquerda enaltecida com o neoliberalismo. Assim, as grandes inclinações de interesse da autora consistem agora em refletir que campo político assumiu forma onde se consolidava um Estado de burocratizações mais pertinentes e das preocupações para o bem-estar social.

Nessa obra, ela encara discorrer acerca da presença da cultura de massa diante da Era Moderna. Na crítica construída nessa escrita expõem a banalização do proletariado, que estava cada vez mais alienado aos processos políticos. Desse modo, ela caracteriza o homem moderno como apolitizado, impotente e mobilizado nas futilidades da vida, hiperindividualista e concentrado na dinâmica de consumo mantida pelo mercado acelerado e perene (ARENDDT, [1958] 2007).

O marco de A condição humana se expressa pela relação implícita que se tem entre labor, trabalho e ação, ou seja, atravessam-se na medida em que são condições básicas do homem do seu caráter existencial. Dessa forma, são condições não inatas totalmente, não são dadas, porém, atribuídas pelo homem a partir de sua própria existência. Assim, essas atividades fundamentais marcam o que ela chama de *Vita Activa* como uma potente produção de agir do homem para si mesmo no mundo (ARENDDT, [1958] 2007).

A condição humana compreende algo mais que as condições nas quais a vida foi dada ao homem. Os homens são seres condicionados: tudo aquilo com o qual eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência. O mundo no qual transcorre a *vita activa* consiste em coisas produzidas pelas atividades humanas; mas, constantemente, as coisas que devem sua existência exclusivamente aos homens também condicionam os seus autores humanos (ARENDDT, [1958] 2007, p. 17, grifo itálico da autora).

Consistindo uma crítica ao marxismo, essa distinção entre as categorias trabalho, labor e ação são destrinchadas pela autora mediante uma arqueologia no modo político e social dos Gregos até à Modernidade europeia. O trabalho entendido por ela representa a própria criação de mundaneidade do homem, ou seja, a dialética existente entre o homem e os objetos. O labor é a própria atividade que está em constante movimento nos processos biológicos do homem e a ação são as atividades que acontecem nas relações humanas, sem intermediação de qualquer artefato.

Assim, contrariando a linha marxista, ela discute que o trabalho pode consistir como improdutivo, qualificado ou não qualificado e intelectual/manual. A partir disso Arendt ([1958] 2007) demarca as discussões de pensamento acerca das condições que suscitam a pensar as contingências humanas dentro da sociedade para manter a vida.

A partir dessa arquitetura teórico-conceitual Arendt ([1958]2007) apresenta que da passagem da política clássica para a política moderna, os sistemas sociais passaram a se ordenar com ênfase na politização da vida biológica, concentrados nas estratégias de

construir uma igualdade em que haveria diferenças entre vidas que eram descartáveis e outras não. O efeito disso no pensamento da autora é desenvolver uma articulação onde os debates sobre política se inserem no “campo do pensamento plural” (LAFER, 1973, p.191).

Nesse ínterim, Arendt ([1958] 2007) aproxima a relação do privado e público para a esfera da sociedade, embora ambas se mantenham com suas características distintas, mas que se entrelaçam. Se por um lado o privado e o público alcançam questões como necessidade e liberdade, propriedade e estado de bem-estar social comum, por outro lado as atividades humanas são convergência desses fenômenos que consolidam a identidade política do homem fomentando modos de vida na sociedade a partir dos fenômenos socioculturais, ideológicos e políticos, como também produzindo subsídio nas teorias políticas pós-modernidade.

Essa condição humana que Arendt ([1958] 2007) se propõe a discutir e refletir está intimamente interligada a sua compreensão dentro dos modos de viver em família ou na *polis*. Ela faz uma clara distinção entre unicidade e coletividade, percorrendo as nuances trazidas a partir da filosofia grega. A pólis envolve a própria condição política para a liberdade, construída a partir do senso de coletividade, já dentro da família os cenários de desigualdades eram mais acentuados.

Dessa forma, Arendt ([1958] 2007), influenciada pelas ideias aristotélicas, menciona que a *polis* se construía naquilo que era *próprio do homem* e o que *era comum*, no exercício político da persuasão. Todavia, nesse raciocínio ela considera que esse senso da *bios politikos* na Era Moderna foi diluído em camadas híbridas entre o público e o privado, compondo uma sociedade de massa, onde os interesses individuais e coletivos são difusos, manobrados pelo consumo exacerbado de objetos, que chegam a adentrar a esfera do metabolismo da vida biológica, mantendo uma política engessada e unilateral.

A partir dessa ideia, encontra-se o cenário para as discussões entre a alienação do homem. Em virtude desse movimento a dimensão do labor tornou-se um imperativo categórico e a sociedade passou a se organizar conforme uma linha de produção, propagando o espírito do conformismo, onde não havia nada que particularizasse a ação do homem no mundo, apenas uma existência mecânica e degradante (Arendt, [1958] 2007).

A autora torna a pensar que a modernidade supervaloriza a dimensão do *animal laborans* da hominização, ou seja, um homem centrado apenas em atender suas necessidades de conforto e comodidade, em que esse é inerte a vida coletiva. Assim, a noção de felicidade gira em torno da promessa pendular que a vida se mantém e se inventa na dialética do trabalho e do consumo.

Em suma, nesse paradoxo das ideias entre progresso e conformismo, Arendt ([1958]2007, p.57) considera esse “artificial crescimento natural” proposto pelas ideias liberais dentro dos arranjos sociais tem como efeito provocar resistência sobre o *homo politikos*, montando o cenário onde o homem moderno vive em uma sociedade condicionado as propostas de próteses libertárias.

Esta análise arendtiana se mostra perspicaz com um remonte de sociedade edificada no campo político e econômico, como também tivera sido anunciado anteriormente um diagnóstico correlato quando KANT (2012) afirma que

Uma revolução talvez seja capaz de livrá-los do despotismo pessoal e acabar com a opressão econômica ou política, mas nunca pode causar uma verdadeira reforma do pensamento; em vez disso, novos preconceitos servirão como rédea orientadora às massas ignorantes (KANT, 2012, p. 15).

Dessa maneira, pensar os 60 anos da *Condição Humana* recai em pontos de clivagem que estão se rompendo no tempo presente. Isso demarca o poder atemporal dessa obra, que não é, sobretudo a histórica, pois sua leitura requer ação, para interagir com as nuances históricas, políticas e sociológicas que Hannah aprofunda suas temáticas, revisitando o tempo que é tão atual como o que já se foi.

Nesse sentido, a leitura diacrônica e sinérgica dessa obra levanta questionamentos densos e presente na contemporaneidade, em que o *homo faber* publicita o seu produto, e a si como tal, fábrica e é fabricado pelos seus processos, o que o torna uma máquina de instrumentalizar subjetividades, recorrer a uma razão prática da política e submeter-se a vida coletiva apenas pelo viés do utilitarismo social. Dessa forma, é possível pensar no sentido, a partir da filosofia de Arendt, de um meio social em que a liberdade não seja o fim como produto individualizado do mercado de trocas?

Para não cairmos em uma história melancólica acerca dessa discussão, Arendt ([1958] 2007, p.329) fala que atravessar o *modus operandi* do *animal laborans* requer questionar a disponibilidade humana de interrogar a própria categoria vida, que perpassa

a existência do ser humano. Ela propõe que essa perplexidade moderna sobre a vida, aparece diante do fato dela assumir na modernidade o caráter de “Bem Supremo do homem” em detrimento da preocupação com a mundanidade.

Os efeitos disso recaem no último estágio das sociedades operárias, em que existe o antropocentrismo como premissa política, os homens automatizam suas vidas, e como se a “única decisão ativa do indivíduo fosse deixar-se se levar, abandonar a sua individualidade, e aquiescer um tipo de funcional de conduta entorpecida e tranquilizadora” (ARENDT, [1958] 2007, p.335).

Isso significa que vislumbrar um futuro atual que garanta as condições desejadas ao mundo do outro/coletividade e a construção de uma implicação mundana vai exigir a transmutação da visão de homem como consumidor para homem cidadão. Onde os espaços públicos podem ser expressões da liberdade em ato, em que as pessoas possam viver a sua espontaneidade como dimensão que perpassa o pluralismo, integrado a dimensão humana da polis.

Certamente, essa liberdade traduzida para o viés kantiano se corrobora com suas proposições sobre o homem que é permeado nos escritos de Arendt. Pois, no campo da política de que a filósofa incorpora é, sobretudo, uma liberdade armada e cognoscível, isto é, a leitura ética da filósofa também se baliza pela condição de liberdade do homem sobre seus atos e pensamento, prevalecendo e resguardando o combate do mal radical pela desvelamento do direito de dizer e saber sobre toda e qualquer circunstância.

No entanto, nada é necessário para esta iluminação senão a liberdade. E, de fato, o tipo mais inofensivo de liberdade, ou seja, fazer uso público da própria razão em todas as questões, é o que pode ser corretamente chamado de liberdade (KANT, 2012, p. 15).

A Condição Humana para os tempos intempestivos que a sociedade contemporânea tem vivenciado vem resgatar a ideia de Ação Política e de (co)responsabilidade mútua, isso inclui superar a permissividade dos artifícios totalitários que compõem a cultura globalizada. Assim, o ato de pensar e refletir proposto por essa obra incita a fazermos e refazermos as manobras de assegurar uma utópica felicidade coletiva, que mesmo falida requer que apostemos na reinvenção das práticas das relações sociais, com o mundo e consigo mesmo. Isto nos faz repensar em condições e atos em prol de uma condição de humanidade menos autodestrutiva, e sobretudo, fortalecida pelas alianças de um comum que reconheça a partilha social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de uma conclusão, o homem nos tempos intempestivos atuais tem sido refletido por diversos ângulos, sobre diversos marcadores sociais e ancorado na análise de sociedade contemporânea, resgatando, assim, a importância da produção de novas análises, novos contingentes, novas possibilidades de intervenção contra o extermínio da humanidade, isso inclui superar a permissividade dos artifícios totalitários que compõem a cultura globalizada entranhado na colonialidade.

Repensar a condição da humanidade por uma dimensão ética e política é um ponto pelo qual Arendt tentou estabelecer relação sobre a constituição de uma configuração social e do pensamento estabelecida em heranças violentas de uma vida em sociedade baseada em um mal radical, que por excelência permitiu que alguns acontecimentos como o genocídio de judeus, negros e homossexuais, por exemplo, fossem acometidos e de alguma forma atualizados nos dias atuais.

A partir do debate entre Kant e Arendt, vemos que o homem foi fundado no berço de uma sociedade que produziu ao longo das configurações históricas modelos de exclusão, segregação e autoritarismos fundante que se afirmaram no período colonial e este se estendeu largamente mundialmente, como também vemos que este se remodelou na modernidade e exerceu domínio enquanto regime totalitário como um regime que retorna ao emblema da escravatura. E foi através de Kant, de sua investigação sobre o homem que ao nosso ver esse debate foi possível, pois, permitiu que a todo o momento se pudesse questionar nas entrelinhas “Que é o homem? Que ele faz de si mesmo? E o que o outro tem a ver com isso?”.

Assim, se falarmos de ontologia como fora discutido e apresentado neste manuscrito temos como categoria de análise o campo da liberdade, esta que tenta problematizar sob uma perspectiva de condição de vida atenuada pelo campo do medo, da violência, pela segregação e exclusão. Por isso, é quando se destaca o mal radical como um fenômeno fundante e o reconhece no atravessamento político das condições de vida, que possibilita analisar o homem individualmente e na coletividade.

Tratar a liberdade como uma premissa para a vida menos destrutiva é reconhecer a base de uma tessitura social que em determinados episódios históricos fortaleceu um modus operandi que legitima a força e a desumanidade para instituir uma retórica das

relações coloniais. Posto isso, cabe a nós refletir novas discussões: O que há de colonial em cada um de nós? Que mal radical atualizamos no cotidiano? Que possamos fazer abertura de novos pensamentos intempestivos.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo (1951)**. São Paulo/SP: Editora Companhia das Letras, 1998.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana (1958)**. Ed. 10ª. Rio de Janeiro/RJ: Editora Forense universitária, 2007.

ARENDDT, Hannah. **On the nature of totalitarianism: An essay in understanding**. In: *Essays in understanding*, v. 1954, p. 328-60, 1930.

ARENDDT, Hannah. **“The Nation”**: In: *Essays in Understanding, 1930–1954*. Kohn, Jerome (Org.). New York: Harcourt Brace, 1994.

CANDIOTTO, César. Michel Foucault e o problema da antropologia. **Revista Philosophica**, v. 29, n. 1, p. 183-197, 2006.

CORREIA, Adriano. Arendt e Kant: banalidade do mal e mal radical. **Argumentos-Revista de Filosofia**, v. 5, n. 9, 2013.

DUARTE, André. Hannah Arendt e a modernidade: esquecimento e redescoberta da política. **Revista Trans/formação**, v. 24, n. 1, 2001.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura (1781)**. Ed. °. Lisboa/PT: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KANT, Immanuel. Antropologia em termos pragmáticos (Anth). Em: **Escritos coletados**. Edição da Academia (AA). Academia de Ciências Prussiana Real (Alemã) (ed.). Berlim: de Gruyter, 1902-1997, Bd. VII Trad. de Clélia Aparecida Martins. SP: Iluminuras, 2006.

KANT, Immanuel. **Filosofia da História: Textos Extraídos das Obras Completas de Kant**. Coleção Fundamentos da Filosofia. São Paulo/SP: Editora Cone, 2012.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão prática (1788)**. Editora Vozes Limitada, 2017.

KANT, Immanuel. **Crítica da faculdade de julgar (1790)**. Editora Vozes Limitada, 2017.

LACOUÉ, Phillipe.; NANCY, Jean-Luc. **O mito nazista**. São Paulo-SP: Editora Iluminuras, 2002.

LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos: a contribuição de Hannah Arendt. **Estudos avançados**, v. 11, n. 30, p. 55-65, 1997. Disponível em <

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-40141997000200005&script=sci_arttext
Acessado em 29/11/2022.

LAFER, Celso. Da dignidade da política: Hannah Arendt. **Discurso**, v. 3, n. 3, p. 185-198, 1973. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/discurso/article/viewFile/37741/40468>> Acessado em 16/11/2021.

EREZ, D. O. A proposição fundamental da antropologia pragmática e o conceito de cidadão do mundo em Kant. In: **Um Filósofo e a Multiplicidade de Dizeres**. *Coleção CLE*, V. 57, Campinas/SP, p. 313-333, 2010.

COMO CITAR

LAVOR FILHO, T. L. et al. ENTRE KANT E HANNAH ARENDT: AS VICISSITUDES DA CONDIÇÃO HUMANA POSTA A CRÍTICA. **Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências – RIEC**, v.6, n.1, p. 21-35, 2023.